

**“Artigo 25º**  
**Acções de Relevante Interesse Público**

“1 – Podem ser autorizadas, a título excepcional, utilizações não agrícolas de áreas integradas na RAN para a realização de acções de relevante interesse público que sejam reconhecidas como tal por despacho dos membros do governo responsáveis pela área do desenvolvimento rural e demais áreas envolvidas em razão da matéria, desde que não se possam realizar de forma adequada em áreas não integradas na RAN.

2 – O reconhecimento referido no número anterior é formalizado através de requerimento apresentado na DRAP territorialmente competente e dirigido ao membro do governo responsável pela área do desenvolvimento rural, conforme modelo previsto no Anexo III do presente decreto-lei, que dele faz parte integrante.”

**DOCUMENTOS NECESSÁRIOS (Artigo 25º) – PROCESSO EM TRIPLICADO**

<input type="checkbox"/>	- <b>Requerimento</b> conforme minuta (original + 2 cópia cores)
<input type="checkbox"/>	<b>Documento de identificação:</b> - <b>Cópia do cartão de cidadão (frente e verso) <u>rasurado com a expressão “Para pedido de Acções de Relevante Interesse Público”;</u></b> <p style="text-align: center;"><b>Ou</b></p> - Cópia do Bilhete de Identidade e do cartão de contribuinte (NIF) singular ou coletivo (conforme aplicável) <p style="text-align: center;"><b>Ou</b></p> - Certidão Permanente Empresa, Estatutos
<input type="checkbox"/>	- <b>Declaração emitida pela Assembleia Municipal do Concelho</b> onde se pretende realizar a acção, comprovando que o projecto é considerado de interesse público municipal. (3 cópias)
<input type="checkbox"/>	- <b>Parecer do serviço competente em razão da matéria</b> que é objecto da pretensão (Nota informativa: A DGADR disponibiliza no seu sítio na Internet, lista exemplificativa e actualizada dos serviços e organismos competentes para emissão do parecer competente em razão da matéria). (original + 2 cópia)
<input type="checkbox"/>	- <b>Memória Descritiva</b> em que, de forma clara e concisa, se explicitem elementos sobre: (original + 2 cópia)  <b>1.</b> Natureza da pretensão e seu âmbito socioeconómico; <b>2.</b> Descrição adequada dos bens e serviços a produzir e/ou disponibilizar/fornecer e identificar a mão-de-obra envolvida; <b>3-</b> Planos de investimento e financiamento; <b>4.</b> Fundamento sobre a impossibilidade de concretizar a pretensão requerida fora das áreas da RAN; <b>5.</b> Outros elementos que se entendam importantes para a compreensão cabal do pedido, nomeadamente os referentes ao alinhamento da pretensão com a estratégia de desenvolvimento do sector em que se enquadra.
<input type="checkbox"/>	- <b>Extrato da Carta de Condicionantes do PDM, com a respectiva legenda</b> , assinalando, de preferência com cor vermelha, o <b>local da pretensão</b> , disponível na Câmara Municipal e <b>carimbado</b> por esta Entidade (original + 2 cópias cores).
<input type="checkbox"/>	- <b>Extrato da Carta de Ordenamento do PDM, com a respectiva legenda</b> , assinalando, de preferência com cor vermelha, o local da pretensão, disponível na Câmara Municipal e <b>carimbado</b> por esta Entidade (original + 2 cópias cores).
<input type="checkbox"/>	- <b>Extrato da Carta Militar</b> (escala 1:25.000), assinalando, de preferência com cor vermelha, o local da pretensão, (original + 2 cópias cores);
<input type="checkbox"/>	- <b>Planta de Pormenor</b> (escala 1:1.000), assinalando devidamente o terreno e neste a área de implantação de todas as utilizações existentes e pretendidas, indicando os respectivos usos e áreas, com legenda adequada (original + 2 cópias cores);
<input type="checkbox"/>	- <b>Extracto de ortofotomapa</b> , em formato A4, à escala 1:5000, disponível gratuitamente na Internet, onde se assinala o polígono correspondente ao terreno em apreciação e se indique a implantação pretendida, bem como as coordenadas do local (disponíveis nas mesmas fontes); (original + 2 cópias cores);

<input type="checkbox"/>	- <b>Certidão de teor emitida pela conservatória do registo predial</b> , actualizada e com as descrições e todas as inscrições em vigor. (3 cópias)
<input type="checkbox"/>	- <b>Fotocópia da Caderneta Predial actualizada</b> . (3 cópias)
<input type="checkbox"/>	- <b>Documento fiscal actualizado</b> que comprove a <b>actividade</b> do requerente e <b>respectivos rendimentos</b> (declaração de início de actividade ou declaração de IRS ou IRC). (3 cópias)
<input type="checkbox"/>	- <b>Declaração emitida pelo serviço das finanças comprovativo da situação tributária regularizada, ou indicação de consentimento para consulta da situação tributária no respetivo sítio na internet</b> . (original + 2 cópia)
<input type="checkbox"/>	- <b>Declaração emitida pela segurança social comprovativa da situação contributiva regularizada, ou indicação de consentimento para consulta da situação contributiva no respetivo sítio na internet</b> . (original + 2 cópia)
<input type="checkbox"/>	- <b>Cópia de alvarás de autorizações de utilizações válidos</b> , anteriormente emitidos, no caso de se tratar de ampliação da área RAN a utilizar. (3 cópias)

### **TAXA DE SERVIÇO A PAGAR**

<input type="checkbox"/>	- <b>Cheque no valor de 82,57 €</b> (oitenta e dois euros e cinquenta e sete cêntimos), emitido à ordem do <b>IGCP</b> , para utilização de <b>áreas até 500 m2</b> ; Para áreas <b>superiores a 500 m2</b> , <b>82,57€</b> acrescidos de <b>0,04 €/m2</b> , na área que exceda os 500 m2, sempre arredondada para centena de m2 imediatamente superior. Poderá ainda efetuar pagamento através do <b>NIB 0781 0112 0000 0007 7888 4</b> , remetendo o respetivo comprovativo de pagamento, com indicação do requerente.
--------------------------	--

Exma. Senhora  
Ministra da Agricultura

**(nome/denominação social do requerente)** \_\_\_\_\_, residente/com sede em (lugar, avenida, rua) \_\_\_\_\_, freguesia de \_\_\_\_\_, concelho de \_\_\_\_\_, código postal \_\_\_\_\_, portador do BI/CC nº \_\_\_\_\_, com o NIF nº \_\_\_\_\_/ matriculada na Conservatória do Registo Comercial de \_\_\_\_\_, sob o nº \_\_\_\_\_/NIPC \_\_\_\_\_, vem requer, ao abrigo do nº 1 do art.º 25º do DL nº 73/2009, de 31 de março, com as alterações introduzidas pelo DL 199/2015, de 16 de Setembro, o reconhecimento de relevante interesse público da acção cuja pretensão formulada de acordo com as características e objectivos que constam da memória descritiva, que se anexa, a realizar no prédio denominado \_\_\_\_\_, localizado no (lugar, avenida, rua) \_\_\_\_\_, freguesia de \_\_\_\_\_, concelho de \_\_\_\_\_, inscrito na(s) matriz(es) predial(ais) rústica(s), urbana(s) ou mista(s), sob o (s) artigo(s) número(s) \_\_\_\_\_, com uma área total de \_\_\_\_\_m2, com as seguintes confrontações:

- Norte \_\_\_\_\_
- Sul \_\_\_\_\_
- Nascente \_\_\_\_\_
- Poente \_\_\_\_\_

Declara ainda, para os devidos efeitos que:

- a) Não possuir outros prédios localizados fora da RAN (rústicos, mistos ou urbanos) onde possa concretizar a pretensão agora apresentada;
- b) A pretensão formulada não pode ser realizada de forma adequada em áreas não integradas em RAN;
- c) Confirma a veracidade de todas as informações prestadas, tendo noção de que o eventual fornecimento de informações não verdadeiras, além de implicar a anulação de todos os actos que com base nelas venham a ser praticados, será passível dos procedimentos legais que se considerem adequados.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 202\_\_

Pede deferimento,

Assinatura do(a) requerente/representante do(a) requerente

\_\_\_\_\_